



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

TRIBUTAÇÃO DAS EMPRESAS – TURMA A

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Professor Doutor Gustavo Lopes Courinha – 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

N/A

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Conhecimento proficiente da tributação direta das sociedades, permitindo aos alunos abordar, sob uma perspetiva dogmática e prática, os diferentes problemas da incidência fiscal na atividade tributária. Pretende-se, igualmente, que os alunos conheçam as alterações estruturais introduzidas pela Reforma do IRC de 2014, bem como as perspetivas de evolução do Código do IRC.

Conteúdos programáticos

1. INTRODUÇÃO
2. CARATERÍSTICAS GERAIS DO IRC
 - 2.1 Uma base de incidência ampla e líquida: teoria do rendimento-acrécimo
 - 2.2 Um regime de base contabilística
 - 2.3 Com preocupações de promoção do investimento estrangeiro, desenvolvimento económico e internacionalização das empresas nacionais
 - 2.4 Com preocupações anti-abusivas
3. O ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL DA TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO DAS EMPRESAS - O ARTIGO 104.º/N.º 2 DA CONSTITUIÇÃO
 - 3.1 O princípio constitucional
 - 3.2 Os fundamentos para os desvios ao artigo 104.º/n.º 2 da Constituição
 - 3.3 A aplicação do artigo 104.º/n.º 2 da CRP em alguns casos concretos
4. A TRIBUTAÇÃO DOS SUJEITOS PASSIVOS NÃO RESIDENTES
 - 4.1 Separação de regimes e conceito de residente
 - 4.2 A estrutura de tributação dos não residentes vs. residentes
 - 4.3 A tributação do não residente com estabelecimento estável
5. O REGIME DA TRANSPARÊNCIA FISCAL
 - 5.1 Fundamentos e âmbito subjetivo
 - 5.2 Regime
 - 5.3 Âmbito subjetivo
 - 5.4 Três notas adicionais sobre transparência fiscal (internacional)
6. O TEMPO E A FORMAÇÃO DO FACTO TRIBUTÁRIO EM IRC
 - 6.1 Período de tributação
 - 6.2 Periodização do lucro tributável
7. AS PRINCIPAIS CORREÇÕES AO BALANÇO CONTABILÍSTICO
 - 7.1 Introdução - ativo circulante e ativo fixo
 - 7.2 Depreciações e amortizações
 - 7.3 Regime das depreciações e amortizações - I
 - 7.4 Regime das depreciações e amortizações - II
 - 7.5 Imparidades
 - 7.6 Provisões
8. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POSITIVAS E NEGATIVAS
9. RENDIMENTOS E GASTOS



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 9.1 Rendimentos (e ganhos)
- 9.2 Gastos (e perdas) – I: em geral
- 9.3 Gastos – II: requisitos
- 9.4 Gastos – III: critérios de indispensabilidade e eliminação desta
- 9.5 Gastos – IV: o requisito do business purpose test
- 10. ELIMINAÇÃO DA DUPLA TRIBUTAÇÃO ECONÓMICA: PARTICIPATION EXEMPTION E CRÉDITO DE IMPOSTO
 - 10.1 O Direito Europeu e Portugal
 - 10.2 A Reforma de 2014: estrutura
 - 10.3 A Participation Exemption: âmbito e requisitos específicos
 - 10.4 A Participation Exemption: algumas questões de Direito Europeu
 - 10.5 O método do crédito indireto
 - 10.6 A exportação de dividendos
- 11. OS RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (PATENT BOX)
 - 11.1 A essência do regime (o tratamento fiscal dos royalties)
 - 11.2 Requisitos
- 12. OS PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA
 - 12.1 Desvios à regra do preço contratado: simulação e preços de transferência
 - 12.2 O requisito das “relações especiais”
 - 12.3 As correções ao lucro tributável
 - 12.4 Acordos especiais e obrigação de documentação – breves notas
- 13. OS PREJUÍZOS FISCAIS E O SEU REGIME DE REPORTE
 - 13.1 Regime
 - 13.2 Restrições substantivas ao reporte - I
 - 13.3 Restrições substantivas ao reporte (cláusula de boa-fé) - II
- 14. O ESTABELECIMENTO ESTÁVEL ESTRANGEIRO
 - 14.1 Do método do crédito ao método da isenção
 - 14.2 Requisitos de aplicação do método da isenção
 - 14.3 Funcionamento do regime – a preocupação com a elisão
- 15. O REGIME SIMPLIFICADO
 - 15.1 Requisitos do regime
 - 15.2 Características do regime
- 16. TAXA(S) DE IRC E TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA
 - 16.1 Natureza jurídica e regime da tributação autónoma - I
 - 16.2 Natureza jurídica e regime da tributação autónoma - II
 - 16.3 Consequências da natureza jurídica
- 17. A RESPONSABILIDADE FISCAL DOS GERENTES E ADMINISTRADORES
 - 17.1 Evolução dos regimes e regime atual
 - 17.2 Elementos comuns - I (Reversão)
 - 17.3 Elementos comuns - II (Gerentes)
 - 17.4 Elemento especial - o período de exercício do cargo
 - 17.5 Responsabilidade dos Contabilistas Certificados – breves notas
- 18. MÉTODOS INDIRETOS
 - 18.1 Razão de ser – o non liquet administrativo
 - 18.2 Natureza Jurídica - presuntiva e sancionatória
 - 18.3 Princípios estruturantes - I: excecionalidade das hipóteses legais
 - 18.4 Princípios estruturantes - II: atuação vinculada
 - 18.5 Princípios estruturantes - III: não recorribilidade direta

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos tratam, com profundidade, do regime em vigor, pretendendo habilitar os alunos à resolução de situações práticas na tributação das empresas.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas são de natureza predominantemente teórica, pretendendo transmitir os conhecimentos da matéria por meio da ilustração de casos práticos. Pretende-se, ainda, assegurar a formação de quadros mentais de raciocínio capazes de lidar com futuras alterações legislativas nesta área de estudo.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Pretende-se a preparação dos alunos para a vida prática: escritórios de advogados, consultoras, gabinetes de contabilidade, gabinetes de revisão de contas, tribunais e autoridade tributária.

Bibliografia principal

- AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA, *Manual do IRC, AT*, Lisboa, 2016
- AA.VV., *O Novo IRC*, ALMEDINA/ERNST & YOUNG, COIMBRA, 2013
- HELENA MARTINS, "O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas", *Lições de Fiscalidade* (Org.: JOÃO CATARINO / VASCO GUIMARÃES), 2012
- MANUEL FREITAS PEREIRA, *Fiscalidade*, 4.ª edição, Almedina, Coimbra, 2012
- RUI DUARTE MORAIS, *Apontamentos ao IRC*, Reimpressão da 1.ª edição, Almedina, Coimbra, 2009
- JOSÉ LUÍS SALDANHA SANCHES, *Manual de Direito Fiscal*, 3.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2009
- JOÃO RODRIGUES, *SNC - Sistema de Normalização Contabilística – Explicado*, Porto Editora, Porto, 2011

O Relatório com o Anteprojeto de Reforma do IRC apresentado pela respetiva Comissão de Reforma - Relatório do Anteprojeto de Reforma do IRC, 2013, encontra-se disponível *online* em:

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-das-financas/documentos-oficiais/20130730-seaf-reforma-irc.aspx>